



ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI DE Nº 003/2024 – Autoriza ao Chefe do Poder Executivo a ceder a posse através de Termo de Concessão de Direito Real de Uso, do imóvel que indica e dá outras providências.

RELATÓRIO

O referido projeto é de autoria do Chefe do Poder Executivo e trata da cessão de direito real de uso do imóvel que indica, localizado no bairro Piratininga. Fiando autorizada, ainda, a doação do referido bem, após a conclusão dos trâmites processuais junto ao cartório imobiliário competente.

Sobre o assunto, a LOM assim dispõe:

Art. 123 - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Art. 125 - A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público, devidamente justificada, será sempre precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

...

§ 1º - O Município, preferencialmente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência. A concorrência poderá ser dispensada por lei quando o uso se destina à concessionária de serviço público, a entidades assistenciais, **ou quando houver**



ESTADO DO CEARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

**relevante interesse público, devidamente
justificado.** (grifos nossos)

Como fundamento para a dispensa da concorrência a Lei municipal de nº 2.171, de 20 de fevereiro de 2014 aduz que o interesse público é justificado pela criação de novos postos de trabalho.

PARECER

Pelos motivos acima expostos, somos pela emissão de PARECER FAVORÁVEL ao projeto de nº 003/24.

É o parecer

Sala das Sessões, em 16 de janeiro de 2024.

Josué Martins Ferreira

Capitão Martins

Relator